

**ILMO. SENHOR SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL  
DE RECURSOS HÍDRICOS, JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR**

**PRESTADORES DE SERVIÇO PÚBLICO DE  
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO**, vem,  
respeitosamente, neste ato representados pelo membro titular deste Conselho  
que esta subscreve, com fulcro nos arts. 13 e ss. do Regimento Interno do  
Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, apresentar

**PARECER**

referente pedido de vista da proposta de resolução que dispõe sobre o  
procedimento para atualização dos preços públicos unitários cobrados pelo  
uso de recursos hídricos de domínio da União, de que trata a Lei nº 9.433, de  
8 de janeiro de 1997, nos termos a seguir aduzidos:

Inicialmente, merece hasteio que os representantes dos  
Usuários de Recursos Hídricos discutiram acerca da minuta de resolução em  
evidência, sendo unânime o entendimento que é competência dos Comitês de  
Bacia Hidrográfica ajustar o *quantum* devido pelo uso dos recursos hídricos,  
nos termos do art. 37, inciso VI, da Lei nº 9.433 de 97.

Entendemos que a adoção de um índice automático para a  
correção monetária e anual dos valores instituídos para a cobrança se  
distancia dos procedimentos adotados para sua definição, ou seja, pactua-se a  
implantação da cobrança no comitê, porém tal pacto resulta rompido quando  
incide reajuste automático de forma impositiva.

Por consectário lógico, os interesses do setor estão em  
sintonia e bem ilustrados no Parecer Técnico apresentado pela Confederação  
Nacional da Indústria – CNI. Dessa forma, os Prestadores de Serviço  
Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário **RATIFICAM** os  
termos constantes do parecer elaborado sobre a matéria, a pedido do setor  
industrial.

Outrossim, sob a óptica das Companhias de Saneamento, percebe-se que o prosseguimento desta resolução gerará instabilidade jurídica, ao passo que computar-se-á a indexação desde a definição dos quantitativos pelos Comitês de Bacia, agregando percentuais de grande monta em um só turno.

Assim, nos modos apresentados, a retroatividade da correção monetária segue incompatível com o artigo 3º, parágrafo 4º da Resolução CNRH 52/2005, que diz: “[...] os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos... não terão efeito retroativo.”

Mesmo que nesse primeiro momento o ônus não seja suportado diretamente pelas Prestadoras do Serviço, tais acréscimos refletirão socialmente às políticas de universalização adotadas pelas empresas. Portanto, o pretenso normativo vai na contramão dos princípios elencados na Lei nº. 11.445 de 2007.

Ainda sobre o *codex* supramencionado, verificamos que o normativo conceitua como “usuário” os indivíduos que utilizam os serviços públicos de saneamento fornecido pelas prestadoras. Logo, fazendo um comparativo com o próprio significado do índice apontado na resolução (IPCA - Índice de Preços ao Consumidor), percebe-se a discrepância conceitual da natureza jurídica do bem vindicado.

Lembremos que o fornecimento de água é prestação de serviço público de cunho prestacional, diferentemente de outros seguimentos inseridos na administração indireta. Nisso, Maria Sylvia Zanella Di Pietro<sup>1</sup> diz que “a sua finalidade essencial não é o lucro e sim a consecução do interesse público;”.

Não podemos nos esquecer que o regramento das águas inseriu valor a água “para lembrar a cada um de nós que fazemos parte de um todo, de um ciclo em eterno movimento, e contribuir para a conservação da água – em quantidade e qualidade – é uma atitude estratégica para o futuro de qualquer comunidade.”<sup>2</sup> e não como meio de locupletar a administração pública.

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos é uma remuneração pelo uso de um bem público, cujo preço é fixado a partir de um pacto entre os usuários da água, a sociedade civil e o poder público, no âmbito do comitê da bacia hidrográfica.

---

<sup>1</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 30.ed. Ver., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017. pag. 533.

<sup>2</sup>JOHN, Liana & MARCONDES, Pyr. *O valor da água Primeiros resultados da cobrança nas Bacias PCJ*. Ed. Camirim, 2010. pag. 06.

A Lei 9.433/97 deixa claro que a cobrança possui objetivos específicos, quais sejam:

Art. 19. A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva:

I - reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;

II - incentivar a racionalização do uso da água;

III - obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

As diretrizes e critérios para a cobrança devem constar dos planos de recursos hídricos, conforme artigo 7º, IX:

Art. 7º Os Planos de Recursos Hídricos são planos de longo prazo, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos e terão o seguinte conteúdo mínimo:

IX - diretrizes e critérios para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos;

Cabe aos Comitês de Bacias sugerir valores a serem adotados:

Art. 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:


VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;

Evidencia-se assim a relação entre a necessidade de cada bacia hidrográfica, que, em articulação entre seus membros, defina o valor de cobrança a ser proposto.

A legislação em vigor possui meios de reorganização dos quantitativos. Mais que acréscimos, as Bacias necessitam gerir o já arrecadado, empregando, com maior eficiência, tais recursos.

Sendo essas as considerações deste parecer, manifestamos ao e. Conselho a fim de deliberar pela não apreciação da matéria ou, alternativamente, que o tema seja enviado aos Comitês de Bacias para discussão interna e, conseqüentemente, definição acerca do reajuste automático indexado ou a definição de preços mediante pactos entre seus membros.

Brasília, 04 de dezembro de 2017.



**UBIRATAN PEREIRA DA SILVA**  
Membro Titular do CNRH